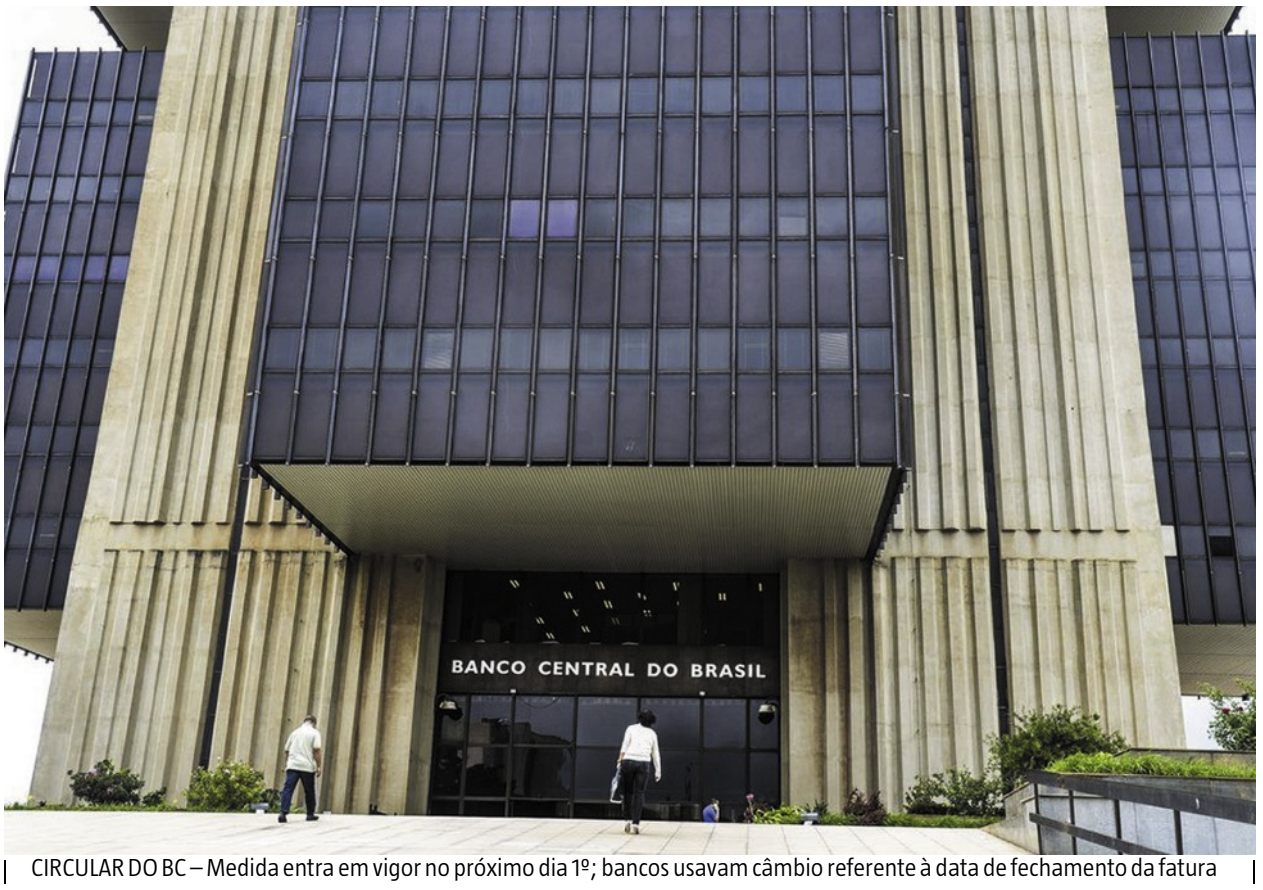
GASTOS NO EXTERIOR

BANCO COBRARÁ DÓLAR DO DIA NA COMPRA COM CARTÃO

CONSUMIDOR FICAVA SUJEITO À VARIAÇÃO CAMBIAL

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



CIRCULAR DO BC – Medida entra em vigor no próximo dia 1º; bancos usavam câmbio referente à data de fechamento da fatura

DA REDAÇÃO
primeiroplano@hojeemdia.com.br

A partir de março, compras feitas em moeda estrangeira com cartão de crédito devem vir na fatura com o valor equivalente em reais do dia em que foram realizadas. Os bancos podiam oferecer essa forma de cobrança se quisessem, mas a maioria das instituições preferia cobrar o valor referente à data do fechamento da fatura.

Com entrada em vigor da Circular nº 3.918, os bancos serão obrigados a oferecer a opção de utilizar a taxa de câmbio do dia de cada gasto. Caso não queira optar por essa sistemática, o cliente poderá pagar com base na taxa de câmbio do dia de fechamento da fatura.

Quando anunciou a mudança na regra, em novembro de 2018, o Banco Central (BC) argumentou que a sistemática de pagamento pela data de fechamento da fatura deixa os clientes expostos a flutuações das taxas de conversão no período entre o dia do gasto e o pagamento. Isso porque a variação cambial ocorrida entre a data do gasto e o efetivo pagamento é atualmente ajustada na fatura do mês posterior, podendo gerar crédito ou débito para o cliente.

Assim um único gasto pode resultar em duas obrigações em momentos distintos. Com a nova regra, o cliente ficará sabendo já no dia seguinte quanto vai desembolsar em reais, eliminando a necessidade de eventual ajuste na fatura subsequente. O BC também destacou, na época, que apesar de ser possível oferecer aos clientes a taxa de câmbio do dia de cada gasto, a maioria dos bancos preferia o fechamento da fatura.

"A situação atual para a maioria dos clientes é de: dificuldade para prever o valor em reais a ser desembolsado no dia do pagamento da fatura; fatura sem uniformidade nas informações e de difícil compreensão; e reduzida possibilidade de comparação das taxas de conversão praticadas pelos emissores de cartão, o que desestimula a competição", informou o BC em documento de exposição de motivos para a edição da circular com as novas regras.

> Bancos serão obrigados a tornar disponível a taxa de conversão do dólar para reais para os clientes

A partir de 1º de março deste ano, cada fatura deve ter: a discriminação de cada gasto, com no mínimo sua data, a identificação da moeda estrangeira e o valor na referida moeda; o valor equivalente em dólar na data de cada gasto; a taxa de conversão do dólar para reais na data de cada gasto; e o valor em reais a ser pago pelo cliente.

Com Agência Brasil

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GOIABEIRA/MG
CNPJ: 04.642.249/0001-51
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
RATIFICAÇÃO DA FUNDAÇÃO - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiabeira/MG, fundado em 26/05/2001, com endereço a Rua Vicente Garcia, nº 20, Bairro Centro, na cidade de Goiabeira/MG, através de seu Presidente Marlucio Pereira de Souza, CPF 501.771.176-72, NIT:1.901.373.454-8, convoca todos os membros da categoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ativos e inativos: assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, hortifruticultura; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários até dois módulos rurais, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e os aposentados(as) rurais do município de Goiabeira/MG, para Assembleia Geral Extraordinária que será realizada às 18 horas, do dia 26 de março de 2020, tendo como local a Quadra Poliesportiva, situado a Rua José Joaquim Coelho, s/n, Bairro Boa Vista, em Goiabeira/MG, para: 1) Ratificar a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiabeira/MG, aprovada em 26/05/2001; 2) Alterar integralmente o Estatuto Social com descrição da categoria representada; 3) Ratificar a filiação a FETAEMG, aprovada em 07/11/2005; 4) Filiação à CTB e 5) Filiação a CONTAG. Goiabeira/MG, 20 de fevereiro de 2020. Presidente: Marlucio Pereira de Souza.

Ainda assim, estou seguro que o melhor para Minas Gerais é o veto total aos aumentos

TIAGO MITRAUD
TMITRAUD@HOJEEMDIA.COM.BR

A CRISE FISCAL, O CORPORATIVISMO MILITAR E O VETO

Em 2019, travei batalha quase solitária na Câmara contra o PL 1645/19, que deveria rever a previdência das forças armadas, mas resultou em aumento nos salários da categoria em mais de R$ 80 bi nos próximos 10 anos. De quebra, a agora lei sancionada por Bolsonaro, ainda manteve privilégios como a integralidade e paridade nas aposentadorias de todos os militares do país, incluindo policiais e bombeiros estaduais.

Procurei entender o largo apoio ao PL, inclusive de deputados pró ajuste fiscal e de áreas racionais do governo e a resposta mais sincera que obtive foi "Tiago, se não apoiarmos e os militares se insurgirem, será um colapso institucional. Vamos engolir esse sapo." Eu mantive a minha opinião e lutei contra até o fim, sendo amplamente derrotado.

A atual discussão do aumento dos salários das polícias em Minas trouxe este filme à mente. Romeu Zema não é corporativista e é um dos governadores mais capacitados e conscientes de seu papel que temos no Brasil. Já tomou inúmeras medidas impopulares para reverter a gravíssima situação fiscal do Estado.

Ainda assim, o governo mineiro enviou à Assembleia o aumento dos salários dos policiais que, após tramitar na ALMG, volta agora para a sanção ou veto do governador com aumentos previstos para 70% do funcionalismo do Estado.

Dados levantados pelo Dep. Guilherme da Cunha mostram que não há espaço nem razão sequer para o aumento dos policiais. A segurança pública em Minas conta com 7 das 10 carreiras mais bem pagas do Estado, com salário médio superior a R$ 7 mil, mais de 3 vezes a média de rendimento da população mineira. Tampouco há escassez de profissionais querendo ingressar na carreira. O último concurso contou com mais de 240 mil inscritos e teve quase três vezes mais aprovados que vagas disponíveis.

Para quem, como eu, defende um duro ajuste fiscal, dados os benefícios a longo prazo para a população de se ter um Estado financeiramente em ordem, parece fácil a decisão de não apoiar nenhum aumento e vetar totalmente o projeto.

Para quem tem a caneta na mão, porém, por mais que tenha a mesma mentalidade, fica mais difícil fazer o mesmo diante das recorrentes ameaças ilegais de greve que, caso se concretizem, incorrerão na instalação do caos social e aumento de mortes, como aconteceu no Espírito Santo em 2017 e acontece agora no Ceará.

Ainda assim, estou seguro que o melhor para Minas Gerais é o veto total aos aumentos. Para isso, precisamos contar com a consciência da corporação policial e dos deputados estaduais, para que possam trabalhar junto ao governador para manterem a ordem no Estado e o correto rumo de colocar as contas em dia.

Em Brasília, trabalharei por uma reforma administrativa que crie resguardos para que o Executivo não seja mais refém das pressões corporativistas militares, nem de nenhuma categoria, como infelizmente tem sido recorrente no Brasil.

Administrador e deputado federal pelo Novo/MG. É líder do RenovaBR e dirigiu a Fundação Estudar. Escreve neste espaço às quartas-feiras

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código CA1F-154E-D5D2-F8E1.